

RUÍNAS DO ABANDONO E SUA SIGNIFICAÇÃO: O CASO DO SÍTIO MIRIM - SÃO PAULO

RUINAS DEL ABANDONO Y SU SIGNIFICADO: EL CASO DEL SÍTIO MIRIM – SÃO PAULO

RUINS OF ABANDONMENT AND ITS MEANING: THE CASE OF SÍTIO MIRIM – SÃO PAULO

Eixo temático 1. Planejamento, urbanismo e apropriação social na preservação do patrimônio

Angela Rosch Rodrigues

Mestre e doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU USP. Orientadora: Dra. Mônica Junqueira de Camargo. Bolsista FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Resumo:

O trabalho aborda ruínas arquitetônicas com o objetivo de encaminhar a discussão para uma ampliação da atenção a esse tipo de bem cultural. Ao tratar desse tema, é enfocada a problemática da “incúria”, pois é inevitável pensar que o processo degenerativo poderia ter sido evitado. Para essa análise foi selecionado o caso da Sede do Sítio Mirim em São Paulo (São Miguel Paulista) bem tombado nas três esferas (nacional, estadual, municipal) cuja, informação mais antiga remonta a 1750. Essa casa teve seu valor histórico reconhecido em 1965, enquanto bem degenerado, mas íntegro, embasado na tese de que sua configuração e algumas características arquitetônicas são diferentes das demais do mesmo período. Nos anos que se seguiram a problemática do estado de arruinamento devido ao vandalismo e exposição às intempéries se agravou. Além da restauração de 1967 e dos trabalhos de consolidação em caráter emergencial de 1978, outras propostas surgiram, mas não foram implantadas. O caso do Sítio Mirim encerra, portanto, o ponto crucial da problemática do estudo de ruínas arquitetônicas que envolve duas questões: entender o que são ruínas e como intervir nesses bens? Ensejando uma discussão que engloba alguns aspectos: como incorporar a ruína arquitetônica em novas intervenções? Como aceitar as marcas da passagem do tempo? Que tipo de “uso” pode ter as ruínas? Assim, é possível verificar como tem se dado a percepção pelos órgãos de preservação e dos usuários em relação a essa edificação ao longo do tempo.

Palavras chave: ruínas arquitetônicas, patrimônio, preservação

Resumen:

El documento analiza las ruinas arquitectónicas con el fin de dirigir la discusión a una ampliación de la atención a este tipo de bien cultural. Al abordar este tema, nos centramos en el problema de la "negligencia", porque es inevitable pensar que el proceso degenerativo se podría haber evitado. Para este análisis se seleccionó el caso de la Sede do Sítio Mirim en São Paulo (São Miguel Paulista) bien listado en tres niveles (nacional, regional, local) cuya información más antigua remonta a 1750. Esta casa tuvo su valor histórico reconocido en el año 1965, como un bien degenerado, pero íntegro, con base en la tesis de que su configuración y algunas características arquitectónicas son diferentes de otras de la misma época. En los años que se siguieron, la problemática del estado de ruina debido al vandalismo y a la exposición al intemperie ha se agravado. Además de la restauración de 1967 y de los trabajos de emergencia para la consolidación de 1978, otras propuestas han surgido, pero no fueron ejecutadas. El caso del Sítio Mirim cerra, por lo tanto, el punto clave de la problemática del estudio de las ruinas arquitectónicas que implica dos cuestiones: entender lo que son ruinas y la cómo intervenir en estos bienes. Ocasionando una discusión que incluye algunos aspectos: ¿Cómo incorporar la ruina arquitectónica en nuevas intervenciones? ¿Cómo aceptar las marcas del tiempo? ¿Qué tipo de "uso" puede tener las ruinas? Así, es posible verificar cómo ha sido la percepción dada por las agencias de conservación y por los usuarios en relación a esa edificación al largo del tiempo.

Palabras clave: ruinas arquitectónicas, patrimonio, preservación

Abstract:

The paper discusses architectural ruins in order to direct the discussion to enlarge the attention to this kind of cultural goods. In dealing with this issue, we focus on the problem of "negligence" because it is inevitable to think that the degenerative process could have been avoided. For this analysis we selected the case of Sede do Sítio Mirim in São Paulo (São Miguel Paulista) which was listed as a cultural good in three levels (national, state, local) and whose oldest information dating back to 1750. This house had its historical value recognized in 1965 as a degenerated but integrate building, based on the thesis that its configuration and some architectural features are different from others of the same period. In the years that followed, the problematic of ruination due to vandalism and exposure to the weather has been worsened. Besides the restoration of 1967 and emergency works to consolidation in 1978, other proposals have emerged, but were not executed. So, the case of Sítio Mirim contains the crucial point of the study of architectural ruins that involves two questions: understanding what ruins are and how to intervene in these goods? Occasioning a discussion that includes some aspects: how to incorporate architectural ruins in the new interventions? How to accept the marks of the passage of time? What kind of "use" can have the ruins? So, it is possible to verify how has been the perception of the preservation agencies and users in relation to this building over time.

Keywords: architectural ruins, heritage, preservation

RUÍNAS DO ABANDONO E SUA SIGNIFICAÇÃO: O CASO DO SÍTIO MIRIM – SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

O termo “ruínas” se refere a conjuntos edificados em diferentes graus de abandono e destruição promovidos pela junção de fatores como: a mera passagem e ação incondicional do tempo; a perda da função original e a falta de um uso constante; como consequência de: guerras, catástrofes ou caráter intencional (para ceder lugar às novas edificações ou para reaproveitamento de materiais) e devido à incúria sobre os bens (KÜHL, 2001). Ao longo dos séculos, esses remanescentes arquitetônicos têm sido objeto de interpretações e abordagens tornando-se referências cruciais para diversos campos de estudo, dentre eles a preservação patrimonial, em que a apreciação de ruínas tem sido fundamental durante o processo de maturação do conceito de monumento histórico que teve início no Renascimento e que se sedimentou a partir do século XIX¹.

No Brasil, ruínas arquitetônicas também têm sido recorrentes no âmbito da preservação patrimonial. É interessante constatar, por exemplo, que a primeira atribuição de Lucio Costa no recém fundado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi a consolidação nas ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo no conjunto das Missões, RS em 1938. Nesta ocasião, Lucio Costa visitou os remanescentes da região² e constatou também a necessidade de abrigar o rico acervo sacro encontrado. Para proteger o legado das peças religiosas foi proposto que os vestígios das demais Missões se concentrassem em São Miguel onde foi criado um pequeno museu cujas características - panos de vidro - promoveram uma integração visual com as ruínas remanescentes. Dentre os trabalhos executados estão levantamentos, inventários, obras de consolidação, conservação e estabilização das ruínas arquitetônicas.

Ao levantar o número de referências em que consta a designação “ruínas” ou “ruína” na atual lista dos bens tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)³, foi possível localizar 25 indicações; dentre estas estão desde as primeiras inscrições de 1938 (São Miguel das Missões, RS; Fábrica de Ferro Patriótica, Ouro Preto, MG; Forte Velho, Cabedelo, PB; Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, João Pessoa, PB) até a mais recente inscrição do conjunto de Iगतu, Andaraí, BA (2000). Ao verificar o Estado de São Paulo, na listagem do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico)⁴, embora haja remanescentes que através de pesquisa iconográfica seja possível identificar elementos em estado de ruína como o conjunto do Forte de São Felipe e Armação de Baleias (Guarujá/Bertioga), dentre outros, o termo “ruínas” está somente associado a três indicações: Ruínas do Engenho dos Erasmos (Santos), Ruínas do Abarebebê (Peruíbe) e Ruínas do Engenho Lagoinha (Ubatuba). Já na cidade de São Paulo, no CONPRESP (Conselho Municipal de

¹ Em 1825, Quatremère de Quincy publica o Verbetes “Ruína, Ruínas” no terceiro tomo da *Encyclopédie Méthodique*, um trabalho pioneiro sobre essa temática: estabelece definições, faz um breve retrospecto histórico em relação ao valor que foi atribuído às ruínas até então e estabelece parâmetros no que tange às intervenções (KÜHL, 2003).

² A região engloba sete povos missionários: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706 / 1707); sendo que a de São Miguel era a mais populosa e importante desde fins do século XVII (COMAS, 2007, p.6).

³ A partir de dados do Arquivo Noronha Santos, acesso em 10 out. 2012, disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>.

⁴ A partir de dados do CONDEPHAAT (Listagem dos bens tombados), acesso em 20 out. 2012, disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfcae2308ca0/?vgnnextoid=300d6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>.

Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo)⁵, a referência à terminologia ruínas fica ainda mais exígua e não aparece na lista dos bens tombados, embora saibamos da condição de exemplares que se enquadram evidentemente nessa categoria como a antiga casa do Sítio Mirim.

Ao tratar de ruínas arquitetônicas, pretende-se focar a questão da “incúria”, pois é inevitável pensar que de alguma forma o processo degenerativo poderia ter sido evitado, ou ao menos minimizado, caso os bens tivessem sido devidamente conservados, aspecto diretamente relacionado a um ideário recorrente nos discursos patrimoniais que se refere à “urgência de salvaguarda” (LAMY *apud* RODRIGUES, 2001 p.32) legitimando a proteção e maior atenção a bens em estado precário de conservação. Ainda no início do século XX, é possível identificar no Brasil menções às ruínas relacionadas à problemática do estado degenerativo em que se encontravam muitos bens, o que motivou e promoveu a necessária e urgente pauta da implementação de uma política nacional de preservação⁶. Recentemente, trabalhos que abordam edificações em ruínas, têm retomado a questão do abandono contextualizando esses remanescentes hoje nos grandes centros urbanos⁷.

Para análise da problemática do abandono, selecionamos as ruínas da Sede do Sítio Mirim em São Paulo (São Miguel Paulista) - bem tombado nas três esferas (nacional, estadual, municipal)⁸. Nesse artigo, nos remeteremos a este caso específico, com o objetivo de encaminhar a discussão para uma ampliação da atenção aos bens em estado de ruína, verificando como tem se dado a percepção pelos órgãos de preservação e dos usuários em relação à essa edificação; e quais foram as intervenções e medidas adotadas ao longo do tempo.

SEDE DO SÍTIO MIRIM

Partido arquitetônico e tombamento

Embora não se saiba a idade precisa dessa edificação rural identificada também com o nome de Corumbataí, a informação mais antiga remonta a 1750; nessa casa teria residido o guarda-mor Francisco de Godoy Preto, porém a data não é precisa e a construção poderia ainda ser bem anterior. O Sítio Mirim localiza-se em São Miguel Paulista, município de São Paulo nas proximidades da margem esquerda do Rio Tietê; sua implantação na meia encosta de um terraço aluvial propiciava da face leste da casa uma vista panorâmica de toda essa várzea (KATINSKY, 1972); posteriormente, muito próximo à edificação foi construída a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os primeiros estudos sobre a Sede do Sítio Mirim são de Luis Saia⁹, que publica em 1944 planta (Figura 1) no artigo “Notas sobre arquitetura rural paulista do segundo século” na Revista do

⁵ A partir de dados do CONPESP (Índice geral), acesso em 2 fev. 2013, disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp/indice_geral/index.php?p=1142>.

⁶ Pode-se mencionar, por exemplo, as asserções de Mário Lima em 1929 a respeito da situação da cidade de Ouro Preto: “E pensar que a vetusta e legendária cidade vai, de ruína em ruína, para o aniquilamento, [...]” (LIMA *apud* PINHEIRO, 2004, p.62). Esse estado de “ruína” também foi destacado por Mário de Andrade durante as incursões no Estado de São Paulo na década de 1930: “Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. [...] E encontramos ruínas, tosquidões. Vem a amargura. [...]” (ANDRADE *apud* GONÇALVES, 2007, p. 108).

⁷ Podem ser mencionados estudos de: Mário Coelho (1996), Victor H. Mori (2006), Adalton Mendonça (2011), Cecília R. dos Santos e Ruth V. Zein (2011) - que aborda especificamente a questão da ruína de edificações mais recentes.

⁸ Conjunto tombado: IPHAN - indicado em 1965 e tombado em 1973 (Livro do Tombo Histórico), CONDEPHAAT *ex officio*- 1983 e CONPESP *ex officio* - 1991.

⁹ Luis Saia foi o Chefe do 4º Distrito (São Paulo) do então SPHAN de 1938 a 1975, ano de seu falecimento.

SPHAN. Em estudo detalhado efetuado por Eideval Bolanho do início da década de 1970, evidencia-se que a casa se constituía de um retângulo compartimentado (Figura 2, 3 e 4), havia ainda outras características arquitetônicas, tais como: a estrutura de paredes de taipa de pilão de 50 cm de espessura; o telhado era em dois panos o que dá uma descontinuidade incomum em relação à outras casas bandeiristas; a armadura do telhado era composta por madeiramento mergulhado na taipa; piso de terra batida; portas e janelas exclusivamente de madeira; portas apresentavam detalhe decorativo (chanfro de 45 graus) que varia de ambiente para ambiente (KATINSKY, 1972).

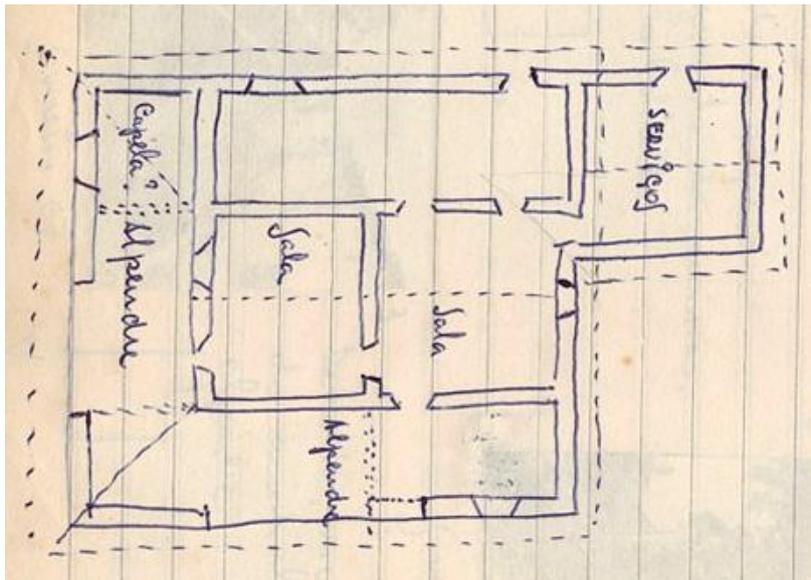


Figura 1: Croquis da planta da Sede do Sítio Mirim, Luis Saia, capa do Caderno de Obras de 1967.
Fonte: Acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.

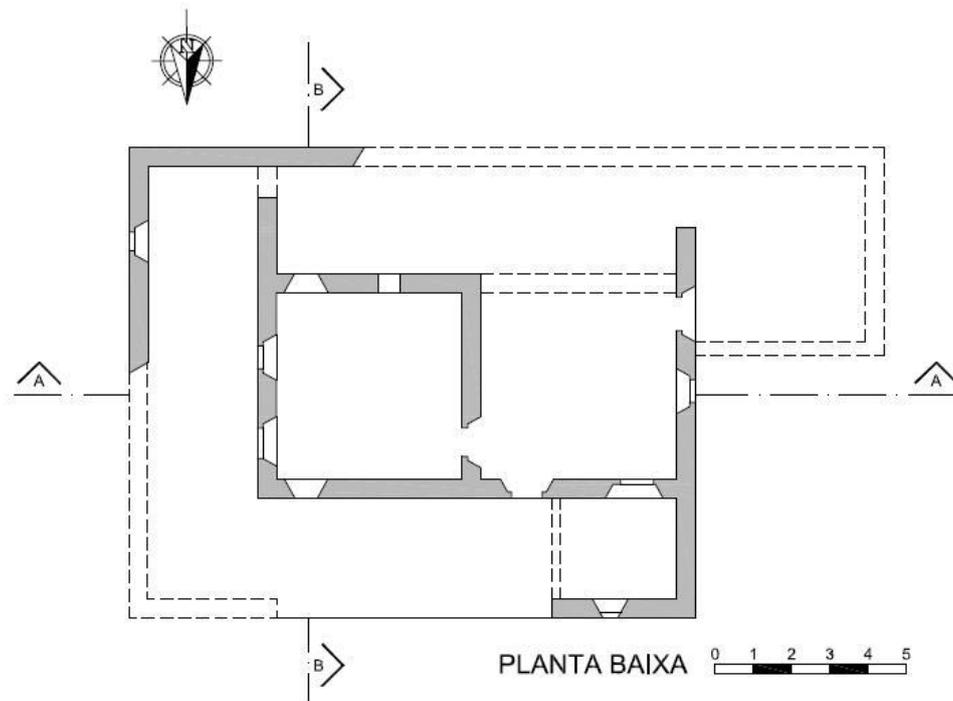


Figura 2: Planta da Sede do Sítio Mirim, desenho elaborado pela autora, baseado no levantamento de Eideval Bolanho de 1964. Fonte: KATINSKY, 1972, p.29.

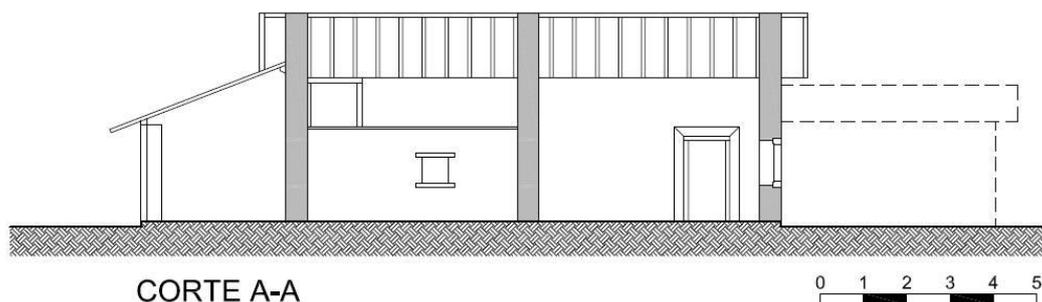


Figura 3: Corte A-A da Sede do Sítio Mirim, desenho elaborado pela autora baseado no levantamento de Eideval Bolanho de 1964. Fonte: KATINSKY, 1972, p.29.

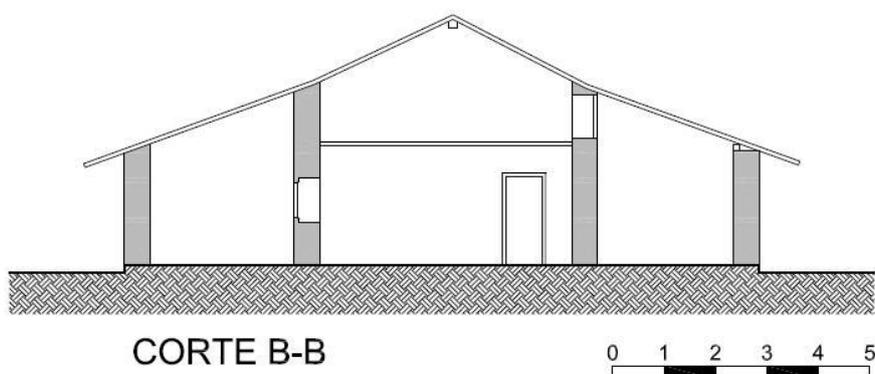


Figura 4: Corte B-B da Sede do Sítio Mirim, desenho elaborado pela autora baseado no levantamento de Eideval Bolanho de 1964. Fonte: KATINSKY, 1972, p.29.

Em levantamento fotográfico efetuado em 1945 e 1965 (Figura 5 e 6), constata-se, segundo estudos posteriores de Helena Saia (SÃO PAULO – cidade, 1976)¹⁰, que a casa apresentava alterações como o fechamento do alpendre central com parede de pau-a-pique, aberturas novas, falta de pilares originais no alpendre lateral.



Figura 5: Sede do Sítio Mirim, 1945. Fonte: Acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP. Foto: Luis Saia.

¹⁰ Trabalho consultado junto à PMSP/SMC/DPH – Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação, Pasta: D.O.M. Julho/98.



Figura 6: Sede do Sítio Mirim, 1965. Fonte: Acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP. Foto: Hernan H. Graeser.

Segundo a pesquisadora Lia Mayumi (2005), Luis Saia, amplo estudioso das casas rurais paulistas, elaborou uma caracterização dessas tipologias através da identificação de algumas constantes:

[...] planta retangular; paredes de taipa de pilão; telhado de quatro águas e coberturas com telhas de canal; implantação sobre plataforma natural ou artificial, a meia encosta nas proximidades de um riacho; planta organizada em três faixas (social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal); depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; presença de alpendre encaixado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionariam uma capela e um dormitório para hóspedes. (MAYUMI, 2005, p.32)

Desse modo, Saia classificou essas casas em dois grupos segundo as técnicas e materiais construtivos utilizados: 1. “puros”: onde todas as constantes estavam presentes e há o emprego de maior qualidade de mão-de-obra e materiais; 2. “tardios”: nos quais se constata a ausência de algumas constantes e a diminuição da qualidade construtiva (MAYUMI, 2005, p.32).

Em 1965 Saia desenvolveu um relatório¹¹ mais detalhado com fotos e gráficos da Sede do Sítio Mirim embasado na tese de que a configuração e algumas características do partido arquitetônico dessa edificação são diferentes das demais do mesmo período como o alpendre em “L” justificando, portanto, o tombamento pela excepcionalidade e unicidade do bem¹²:

De todos os exemplares de arquitetura residencial paulista correspondente ao período bandeirista, a sede do atual Sítio Mirim é a única cuja planta foge ao esquema paladiano que comparece como solução genérica e característica. No caso presente da sede do Sítio Mirim, enquanto os detalhes construtivos (portas com vergas retas, espessuras das paredes de taipa, solução de detalhes da armadura do telhado, etc.) aproxima este edifício daqueles que são comprovadamente do século anterior, isto é da parte mais viva do bandeirismo. As modificações introduzidas na planta são suficientemente convincentes e seguras para que se

¹¹ Ofícios, relatórios e demais documentos referentes ao tombamento do Sítio Mirim pelo IPHAN foram consultados junto ao arquivo da Superintendência do IPHAN/SP: Processo 755-T (Pastas: PT 00423 P1 / PT 00424 P2 / PT 00425 P3 / PT 00426 P4).

¹² Esses estudos de Luis Saia seriam expostos no artigo “Sede do Sítio Mirim” publicado em 1969 na Revista Acrópole.

deixe interpretá-las como interferências individualistas. Afinal de contas, esta alteração não chegou a destruir totalmente aquele esquema básico que dividia a residência bandeirista em duas partes distintas, uma voltada para a vida familiar, e outra, composta de capela, alpendre e quarto de hóspede, voltada para a vida comunitária. O fato do alpendre ganhar uma solução não paladiana, e se estender, corrido, por duas fachadas, obrigando uma solução diferente para a peça do cunhal (de taipa, em forma de L) parece extremamente significativo como documento da arquitetura paulista deste período. [...], a descoberta e proteção de uma peça de exceção num conjunto sistemático como é o da arquitetura residencial do período bandeirista, se afigura mais valiosa como informação e como valor didático, [...] o empenho maior deve incidir sobre este exemplar (Mirim) único, diferente, ilustrativo, e portanto valioso. Sua perda seria irreparável. (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 26/65)

Processo de arruinamento: breve histórico

Na justificativa de tombamento de 1965, Luis Saia já demonstrava preocupação com a urgência da necessidade de trabalhos no Sítio Mirim devido ao “estado ruinoso” da edificação que tinha se agravado pelas chuvas danosas que levaram ao desabamento de parte de um compartimento indicado como cozinha na planta (Figuras 7, 8 e 9). Em 1967 Saia evidenciou a necessidade de intervenções: “[...] dado o estado bastante precário em que se encontrava a aludida casa do Sítio Mirim este Distrito iniciou imediatamente as obras de sua restauração [...] estas obras só foram iniciadas para evitar o perecimento total da pela arquitetônica [...]” (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 34/67). Com os elementos encontrados, Luis Saia propôs um trabalho de restauração para conferir estabilidade à edificação.



Figura 7: Sede do Sítio Mirim, arruinamentos.
Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.



Figura 8: Sede do Sítio Mirim, escoramentos.
Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.



Figura 9: Sede do Sítio Mirim, escoramentos de partes comprometidas. Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.
Fonte: IPHAN, Foto: Caderno de Obras, Luis Saia .

A área envoltória da edificação bem como sua proximidade com a linha férrea sempre foram objeto de atenções e discussões. Desde a proposta de tombamento de 1965, foi ressaltado por Luis Saia negociações com o então proprietário (Sr. Mário Albuquerque Pacini) que iria lotear os terrenos lindeiros para o destaque de uma área livre de um hectare em torno da edificação. Em 1967 Saia demonstrou anseios de transformar a casa num museu histórico, para tanto previa a necessidade da construção de uma pequena casa dentro da área a ser desapropriada para manter um guarda permanentemente no local. Em 1971, foi assinado um decreto municipal que tornava de utilidade pública essa área necessária para a preservação, porém essa desapropriação somente ocorreu de fato em 1975 quando passou para a guarda do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo (DPH/SMC)¹³. No terreno onde se situa o Sítio Mirim foi constituída uma praça pública, popularmente conhecida como Praça do Índio.

Ao longo das décadas a região envoltória do Sítio Mirim foi cenário de um crescimento urbano desordenado; verificando imagens aéreas da década de 1950 e 2000 (Figuras 10 e 11) se constata o adensamento de uma comunidade desprovida de qualquer infraestrutura denominada Jardim Pantanal do Leste. A partir do início da década de 1970, a então recém restaurada Casa do Sítio Mirim passou a ser depredada e seus materiais foram retirados (tijolos, telhas, madeiramento do telhado, etc.); exposta às intempéries a edificação iniciou o processo de degeneração (Figura 12).



Figura 10: Foto aérea 1954, sede do Sítio Mirim, canto inferior esquerdo.
Fonte: PMSP/SMC/DPH/Seção Técnica de Projeto, Restauo e Conservação (STPRC).

¹³ A partir de 1975 começou a funcionar o Serviço Municipal do Patrimônio em São Paulo cuja política inicial era colaborar com as outras esferas (estadual e federal), completando ações iniciadas pelo IPHAN de desapropriação de transferência para o domínio municipal alguns bens tombados. Assim em 1979, a casa do Sítio Mirim fazia parte das seis casas bandeiristas (Butantã, Caxingui, Tatuapé, Sítio Morrinhos e Sítio da Ressaca) que formavam o núcleo inicial dos bens de propriedade municipal (MAYUMI, 2005, p. 17).

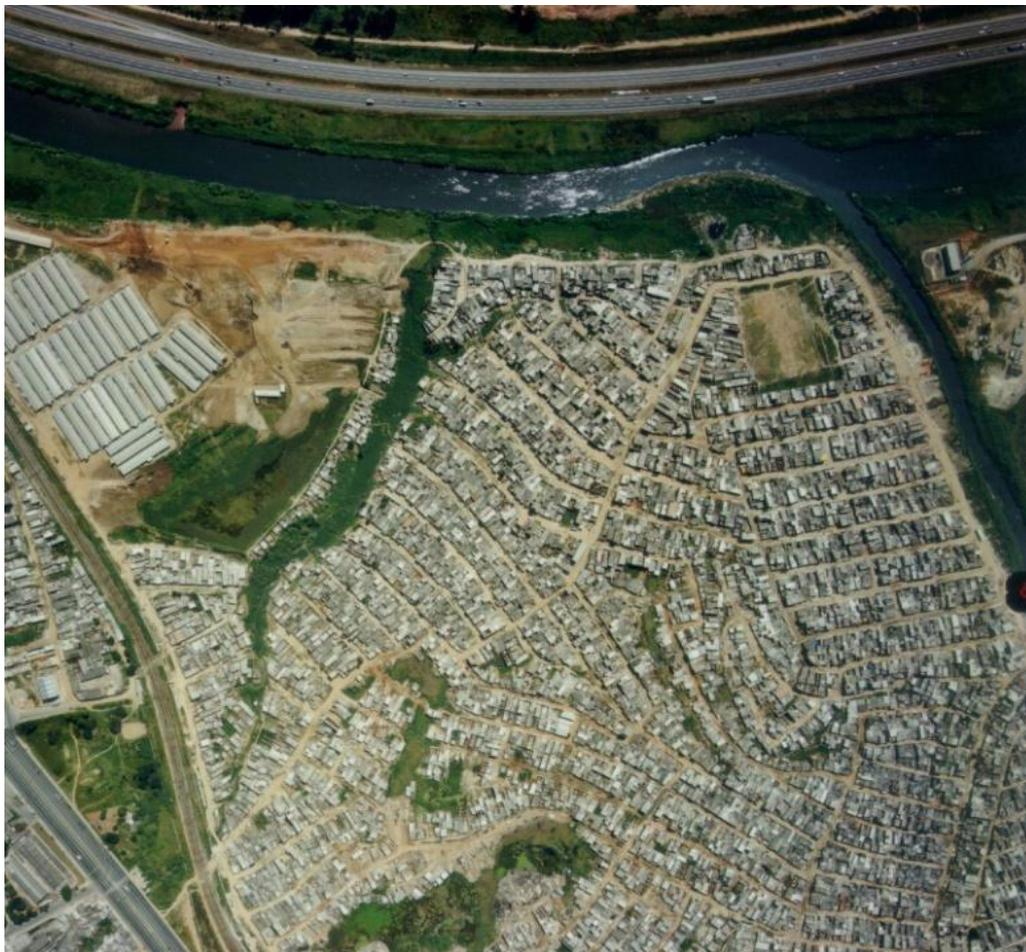


Figura 11: Foto aérea 2000, sede do Sítio Mirim, canto inferior esquerdo. Verifica-se a retificação do Rio Tietê e o adensamento urbano. Fonte: PMSP/SMC/DPH/Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação (STPRC).



Figura 12: Sede do Sítio Mirim, início do processo de depreação em 1972. Fonte: IPHAN, Processo 755-T, Of. 215/72. Foto: Luis Saia.

Em 1972, devido ao alargamento da pista da Estrada de Ferro Central do Brasil, houve contundentes manifestações por parte de Luis Saia solicitando o embargo dessas obras no trecho que atinja a área envoltória do imóvel por comprometerem a estabilidade da casa:

As obras [...] já atingiram cerca de 5 metros dos terrenos fronteiros ao monumento tombado, denominado Sítio Mirim, situado na imediação da referida linha. Restam apenas 5 metros de desaterro para que a obra alcance a fachada principal do monumento. Em resumo, o projeto dessa firma implica na perda total do monumento em pauta e representa um atentado contra o patrimônio nacional, [...]. (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 215/72)

De fato a polêmica dessas obras e do estado periclitante à que a Sede do Sítio Mirim estava exposta ganhou matéria na Folha de São Paulo em 1973¹⁴, que salientou o fato de que máquinas de terraplanagem chegaram a poucos metros da edificação. Nessa matéria Luis Saia também faz críticas à municipalidade devido à negligência com o bem tombado:

Houve desídia da Prefeitura. Não apenas o prefeito Prestes Maia deixou de atender aos meus sucessivos apelos: todas as administrações que o sucederam, inclusive a atual, também não deram a mínima importância aos pedidos e sugestões do Patrimônio Histórico. É por isso que o Sítio Mirim transformou-se no que é hoje, ruínas e só ruínas. (LIMA, 1973, p.14)

Nos anos que se seguiram a problemática do estado de arruinamento devido ao abandono e à incúria foi se agravando, somente no final da década de 1970 foram retomados trabalhos e propostas para o Sítio Mirim. Em 1976, Helena Saia desenvolveu um estudo preliminar e projeto para a restauração; é de 1977 também, um projeto de paisagismo a ser implantado na área envoltória (Praça do Índio) (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 147/77). Enquanto decidia-se quanto ao partido do projeto de restauro para a edificação, foram solicitadas medidas para a contenção das paredes de taipa de pilão remanescentes, consolidando as ruínas da casa (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 221/78).

No início da década de 1980 com o andamento de projeto executivo pelos técnicos da Seção Técnica de Projetos Restauro e Conservação do DPH liderados pela arquiteta Vera Santos Mauro de Menezes iniciam-se prospecções arqueológicas no sítio coordenadas pela arqueóloga Margarida Andreatta do Museu Paulista; esses trabalhos foram importantes não só para informar sobre vários testemunhos arqueológicos da região, mas também, no que diz respeito à casa, informar sobre alicerces e evidências de soleiras de madeira nas portas de modo a contribuir para a interpretação da dimensão física arquitetônica do edifício na sua cota zero. Porém, surgiram dúvidas e indefinições¹⁵ (SÃO PAULO - cidade, 1983) quanto à configuração original da casa, os trabalhos ficaram paralisados, aguardando posição definitiva quanto às posturas a serem tomadas e, por fim, a ideia de restauro prevista foi descartada.

Em 12.05.1983 o Sítio Mirim foi tombado *ex officio* pelo CONDEPHAAT, mas sem os devidos cuidados, continuou passando por processos de degradação. Em função de seu estado de abandono, em 1986 a Administração da Regional de São Miguel solicitou providências ao órgão estadual:

Ilmo. Senhor

Vimos através do presente informar a V. Sa. que o Sítio Mirim, Patrimônio Histórico, tombado por essa digna entidade, sito a Av. Assis Ribeiro, ao lado do n. 2067 - São Miguel Paulista, esta sendo depredado e danificado por vândalos e marginais, tendo sido sua cerca de tela roubada e que os guardas que prestavam serviços no local estão ausentes já há algum tempo.

Face ao acima exposto e por encontrar-se no local, a antiga Casa dos Bandeirantes, marco

¹⁴ "São Paulo está perdendo um de seus derradeiros exemplares da arquitetura residencial paulista correspondente ao chamado período bandeirista: o Sítio Mirim", LIMA (1973).

¹⁵ Relatório consultado junto ao arquivo da Superintendência do IPHAN/SP: Processo 755-T.

importante da história de nossa região, solicitamos as dignas providências de V. Sa. no sentido de cercar e colocar vigilantes no local. [...] (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 946/AR-MP.GAB/86)

Na Resolução 05/1991 o Sítio Mirim foi tombado *ex officio* pelo CONPRESP, porém a situação continuou a mesma, vandalismo, falta de controle da ocupação do entorno e abandono foram paulatinamente colaborando para acentuar o estado de ruínas do Sítio Mirim. Até que em 1998, instaurou-se um inquérito civil na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital versando sobre o abandono do bem. Em função disso, a partir de 1999 através várias reuniões conjuntas envolvendo técnicos do DPH, CONDEPHAAT e IPHAN e representantes do Ministério Público foi decidido que uma nova proposta seria feita para uma solução das ruínas e a implantação de um centro cultural no local. O corpo técnico do DPH elaborou um anteprojeto em que previa as intervenções partindo de um levantamento planialtimétrico cadastral de toda a área. Segundo os documentos levantados, esse anteprojeto gerou animosidades entre os técnicos dos outros órgãos envolvidos - IPHAN e CONDEPHAAT, que culminou com o veredicto de que o dito projeto não seria aprovado. Com a falta de um consenso quanto ao partido a ser adotado nada foi executado no Sítio Mirim.

Em 2003 foi instaurado um projeto da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) para a reurbanização da ocupação vizinha e implementação de serviços e equipamentos públicos para cerca de 7000 famílias (Vila Jacuí). Nesse momento, segundo relato da arquiteta Lia Mayumi¹⁶, em função da necessidade de interligar acessos a esse novo conjunto foi apresentada proposta de traçado viário que incidia no terreno do Sítio Mirim comprometendo a área envoltória do mesmo. Nesse período, segundo informações do arquiteto Anderson Freitas¹⁷, a Secretaria Municipal da Cultura havia incluído o Sítio Mirim num conjunto de propostas de intervenções (“reurbanizações urbanas”) coordenadas pelo arquiteto Marcos Cartum, para que fosse desenvolvido projeto para o Sítio Mirim. O projeto deveria contemplar a conservação das ruínas e a implantação de um Centro de Cultura e Convivência no terreno, o que ia de encontro às reivindicações da população local que se organizou para solicitar providências quanto à Sede do Sítio Mirim. Para tal projeto, o escritório Apicás Arquitetos foi contratado junto à Secretaria Municipal da Cultura e desenvolveu estudos e propostas para uma revisão das alternativas viárias na área. Por fim, foi construído um viaduto com um desenho distinto das alternativas propostas que, ao menos, não incide sobre o terreno do Sítio Mirim.

Segundo o arquiteto Anderson Freitas, o projeto do Centro Cultural de Convivência foi aceito em todas as esferas envolvidas (IPHAN, CONDEPHAAT e DPH) com algumas ressalvas quanto a detalhes arquitetônicos; também foi aceito pela comunidade local para a qual o mesmo foi apresentado. No entanto, mesmo com o projeto todo desenvolvido, no IPHAN, a aceitação do partido adotado não foi unânime, devido a essas divergências conceituais o Ministério Público foi contatado, e, mais uma vez nada foi executado para o Sítio Mirim.

Segundo a arquiteta Lia Mayumi, tendo em vista a necessidade de tomar alguma providência para a mínima conservação das ruínas arquitetônicas e com recursos financeiros exíguos, técnicos do DPH aventaram a possibilidade de cobrir as paredes de taipa, alguns estudos foram feitos e uma proposta de pórticos em aço com painéis de vidro foi apresentada. Porém, chegou-se à conclusão de que somente essa cobertura não seria suficiente para garantir a preservação do Sítio Mirim; no entendimento dos técnicos seria necessária uma ação mais contundente que envolvesse toda a área introduzindo equipamentos com usos mais efetivos no cotidiano dos moradores locais para que o bem cultural pudesse ser de fato incorporado e preservado.

¹⁶ Entrevista concedida pela arquiteta Lia Mayumi (PMSP/SMC/DPH) à autora em 22.02.2013.

¹⁷ Entrevista concedida pelo arquiteto Anderson Freitas do escritório Apicás Arquitetos à autora em 26.02.2012.

Em 2010, a CPTM (Companhia de Trens Metropolitanos) apresentou o projeto da Estação Nova Vila Jacuí (aprovado pelos órgãos competentes) que será instalada a poucos metros do terreno do Sítio Mirim. Atualmente há uma passagem subterrânea de pedestres sob a linha férrea, cujo acesso se dá através do terreno do Sítio Mirim (Figuras 13 e 14). Com a instalação dessa nova estação, que prevê também passarelas sobre a linha férrea e a reurbanização do traçado no entorno, possivelmente a relação com o entorno será transformada e uma nova condição de uso poderá ser instaurada. No entanto, enquanto isso não ocorre, a situação das ruínas do Sítio Mirim segue inalterada (Figuras 15 e 16).



Figura 13: Praça do Índio, caminho para passagem sob linha férrea; lado direito ruínas da Sede do Sítio Mirim, 2010. Fonte: PMSP/SMC/DPH/Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação (STPRC). Foto: Lia Mayumi.



Figura 14: Muro de divisa entre a linha férrea da CPTM e terreno do Sítio Mirim, com vista das ruínas ao lado direito, 2010. Fonte: PMSP/SMC/DPH/Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação (STPRC). Foto: Lia Mayumi.



Figura 15: Ruínas do Sítio Mirim – remanescentes em taipa; aos fundos, muro de divisa com a CPTM, e CDHU, 2010.
Fonte: PMSP/SMC/DPH/Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação (STPRC). Foto: Lia Mayumi.



Figura 16: Ruínas do Sítio Mirim – remanescentes em taipa, aos fundos muro de divisa com a CPTM, 2005.
Fonte: Acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP. Foto: João Bacellar.

RUÍNAS ARQUITETÔNICAS DO SÍTIO MIRIM: COMPREENSÃO E PROPOSTAS

Algumas referências teóricas

Antes de analisar mais detidamente algumas das propostas que incidiram sobre a Sede do Sítio Mirim, nos reportaremos, num breve retrospecto, a algumas asserções teóricas no campo da preservação patrimonial que remetem ao tema das ruínas.

John Ruskin enfatizava a pátina enquanto atributo mais importante de um bem lhe conferindo valores pictóricos e pitorescos, fundamentando assim suas recomendações à conservação necessária e apresentando o conceito de mínima intervenção que prescreve o respeito à integridade do bem em sua condição atual, estabilizando-a ainda que em detrimento do aspecto formal (RUSKIN, 2008). Já para Viollet-le-Duc existia a compreensão de que o passado está morto, a passagem do tempo e suas marcas não devem ser aceitas e a restauração era necessária para “salvar da ruína” (VIOLLET-LE-DUC, 2000). Desse modo, ele apresentou um intervencionismo militante¹⁸: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.30).

Camillo Boito, quando estabeleceu o restauro científico ou filológico caracterizado pela abordagem estritamente documental do monumento, apresentou três classificações à restauração arquitetônica de acordo com as características das edificações: arqueológica para monumentos da antiguidade; pictórica para os edifícios medievais e arquitetônica para edifícios a partir do Renascimento. Dentre os critérios para a preservação, Boito enfatiza o valor documental; a restrição de obras de consolidação somente ao necessário e o completamento de partes faltantes ou deterioradas em material diverso ou datado, ou ainda, de material simplificado (no caso das restaurações arqueológicas) (BOITO, 2002 e KÜHL, 2001).

Gustavo Giovannoni desenvolveu e ampliou a ideologia de Boito preconizando a distinção entre: “monumentos mortos” mais antigos como os da antiguidade clássica, aos quais normalmente se exclui uma transformação do estado de ruínas e uma utilização atual; e “monumentos vivos”, mais recentes como palácios e igrejas aos quais é oportuno reportá-los a uma nova função. A partir dessa classificação ele distingue os tipos de restauro: “consolidação”, em que novas técnicas contribuem para dar resistência às antigas construções; “recomposição (anastilose)”, quando os elementos retornam à própria posição com acréscimos secundários; “liberação”, quando são retiradas massas amorfas para se retomar o artístico; “completamento” e renovação quando acréscimos tendem a reintegrar a obra com elementos novos (GIOVANONNI, 1936).

Essa matriz italiana foi determinante na formulação da Carta de Atenas (1931)¹⁹ cujas designações sobre ruínas arqueológicas recomendam anastilose e complementação com materiais reconhecíveis:

VI Técnica de Conservação: Quando se trata de ruínas uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares de elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931 In: CURY, 2004, p.15).

¹⁸ Essas ideias orientaram uma série de intervenções de Viollet-le-Duc, dentre elas o caso do Castelo de Pierrefond, conjunto que chega em 1845 em ruínas e passa por várias reconstruções.

¹⁹ E também originou a *Carta del Restauro Italiana* (1932) que reitera conceitos do restauro científico. No que tange às ruínas destacam-se: manutenção, anastilose e utilização de neutros para a integração, caráter documental de todas as fases de um edifício, cuidados com a ambientação e distinguibilidade dos materiais (GIOVANONNI, 1936).

É importante ainda destacar que a Carta de Veneza (1964), assim como as cartas de Atenas e do Restauro Italiana, recomenda a anastilose para os conjuntos em ruínas:

Artigo 15º: “[...] Todo trabalho de reconstrução, [...], deve ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.” (ICOMOS, 1964, In: CURY, 2004, p.95).

O austríaco Alois Riegl se refere especificamente à problemática da interpretação das ruínas: do ponto de vista do “valor histórico”, a fundamentação é científica; e do ponto de vista do “valor de antiguidade” a manifestação se dá através da sensibilidade (ótica) e atinge de forma imediata ao sentimento, devendo ser este o valor prioritário para qualquer intervenção (RIEGL, 1990). Riegl também estabelece outro valor crucial na temática aqui abordada que é o “valor de uso”, segundo destaca Françoise Choay é um critério decisivo para distinguir um monumento histórico de uma ruína arqueológica (CHOAY, 2001)

Já Cesare Brandi, na “Teoria da Restauração” não faz distinção entre ruínas de obras mais antigas em detrimento de obras mais recentes: “[...] Ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes. [...]” (BRANDI, 2004, p.65). Desse modo, ele considera que a restauração para esse tipo de bem só pode ser a consolidação e conservação do *stato quo* de ruína, a não ser que: “a ruína não era uma ruína, mas uma obra que ainda continha uma vitalidade implícita para promover uma reintegração da unidade potencial originária.” (BRANDI, 2004, p.66).

A verificação sobre a forma de compreensão das ruínas enquanto referências materiais significativas e as consequentes soluções para tratamento e intervenção nesses bens, envolve, portanto, a discussão de uma série de aspectos como: a aceitação das marcas da passagem do tempo através do valor de “antiguidade” e as questões da autenticidade e do uso. Ao nos reportarmos ao caso em foco, podemos verificar alguns desses aspectos e problemas cruciais que se estabelecem ao abordar as ruínas.

Propostas e impasses conceituais

Ao longo das décadas, como foi apresentado, a Sede do Sítio Mirim vem sendo objeto de estudos, propostas e intervenções. A primeira intervenção pela qual o bem passou foi a restauração de 1967 coordenada por Luis Saia (Figuras 17 e 18). De acordo com Lia Mayumi (2005) a partir das experiências das obras pioneiras efetuadas pelo SPHAN²⁰ na década de 1930 e 1940, estabeleceu-se um paradigma para o tratamento de edificações de taipa de pilão que seria utilizado no Sítio Mirim. Através de levantamento iconográfico é possível constatar que foram utilizadas placas de concreto junto às paredes de taipa, sem fundação, para proteção contra erosão provocada pelas águas pluviais (Figura 19). Além disso, foi executada uma malha de concreto com vigas (geralmente seções de 20x20cm) e algumas colunas (seções de 30x30cm) para a amarração das paredes de taipa (Figura 20). Já para o completamento das partes erodidas, foram utilizados tijolos de barro. A casa passou por trabalhos de reconstituição de telhado com telhas de barro, madeiramento, colocação de esquadrias de madeira, recompondo totalmente a edificação. De acordo com Luis Saia, embora bastante abandonada, os elementos pré-existentes encontrados foram utilizados como referências fidedignas para a elaboração desse

²⁰ Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Embú (1939), Igreja de São Miguel Paulista (1939) e Sítio Santo Antônio (1940) (MAYUMI, 2005, p. 66).

projeto de restauro (SÃO PAULO - cidade, 1976). Há de se levar em conta, que aqui, a casa foi considerada tendo em conta a sua espacialização arquitetônica que ainda era reconhecível.



Figura 17: Sede do Sítio Mirim trabalhos de restauração, 1967. Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.

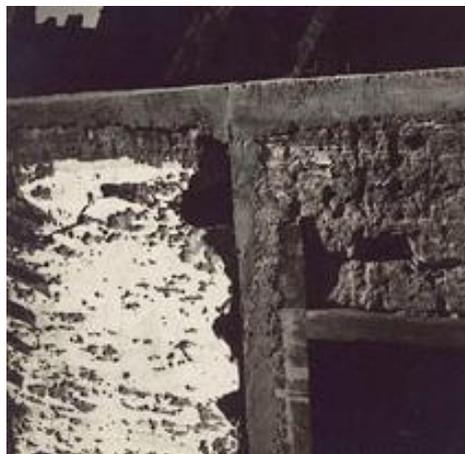


Figura 18: Sede do Sítio, colunas e vigas de concreto. Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.

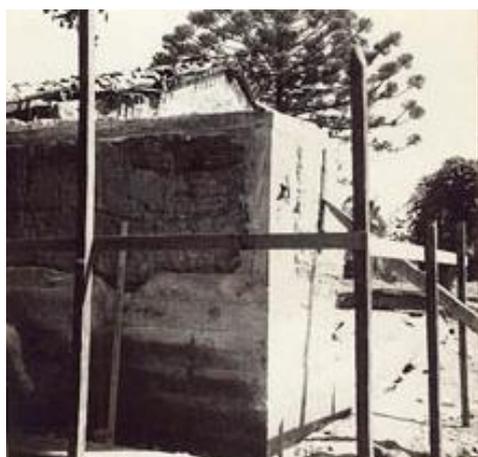


Figura 19: Sede do Sítio Mirim, placas de concreto junto à taipa. Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.



Figura 20: Sede do Sítio Mirim, vigas para amarração. Fonte: Caderno de Obras, 1967, Luis Saia - acervo fotográfico da Superintendência do IPHAN/SP.

A partir de 1971, com sucessivas depredações e exposto às intempéries, o processo de arruinamento agravou-se e em 1976 um novo estudo foi desenvolvido pelos técnicos do DPH. A arquiteta Helena Saia, desenvolveu uma proposta²¹ em que se cogitou a restituição espacial da casa, para tanto ela expôs uma justificativa que expressa a preocupação com a segurança da autenticidade das informações a serem utilizadas como embasamento, referindo-se à Carta de Veneza:

Art. 9º: A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (ICOMOS, 1964, In: CURY, 2004, p.93)

²¹ Trabalho consultado junto à PMSP/SMC/DPH – Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação, Pasta: D.O.M. Julho/98.

Nessa justificativa, Helena Saia menciona também Augusto Molina Montes e sua publicação “La restauración arquitectonica de edificios arqueológicos”, referindo-se à ideia de que o exemplo mais puro de reintegração é a anastilose, em que se inclui a reposição de partes não originais quando existe a absoluta certeza de todas suas características arquitetônicas. Helena Saia refutou tanto a possibilidade de preservar as ruínas enquanto ruínas, pois haveria desvantagens já que se trata de paredes em taipa que se decompõe com facilidade, além disso, se perderia a leitura espacial do monumento; refutou também a possibilidade de cobrir as ruínas para proteção pois todo o espaço seria sacrificado, justificando portanto a opção pela restituição espacial²².

O desenvolvimento desse projeto prosseguiu no DPH, no entanto, de acordo com o relatório da arquiteta Vera Santos Mauro de Menezes de 1983, com as prospecções arqueológicas foram evidenciadas as muitas dúvidas geradas devido ao acelerado estado de arruinamento do sítio, tais como: 1. não localização das colunas do alpendre norte; 2. não localização dos limites das paredes dos dois alpendres, pelo fato da fundação de taipa encontrada ser contínua; 3. não definição da existência de escada de acesso ao jirau e sua localização; 4. não definição da existência de paredes divisórias do alpendre; 5. indefinição do desenho e dimensão exata do armário no salão central; 6. algumas portas e janelas sem indícios precisos (SÃO PAULO - cidade, 1983). Desse modo, devido a falta de evidências documentais precisas que justificassem a adoção do partido da reintegração espacial a proposta desse restauro não seguiu adiante.

Nesse meio tempo, enquanto decidia-se quanto ao partido do projeto de restauro, foram solicitadas medidas para a contenção das paredes de taipa de pilão remanescentes, consolidando as ruínas da casa (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 221/78). Segundo o “Relatório das obras de emergência realizadas nas ruínas do Sítio Mirim”²³, essas obras ocorreram em 1978, devido à iminência de um “total arrasamento”. Esse estado precário devia-se à ação de depredadores que ocorria mesmo com o cercamento da área; à ação incondicional de sua exposição às intempéries do tempo - a infiltração da água pluvial tirava a coesão do material e criava canais no interior das paredes de taipa; ao excessivo crescimento de vegetação que dificultava a evaporação da água; e também aos efeitos da vibração provocada pela passagem dos trens. Em função disso, foram tomadas algumas medidas: revestimento no topo das paredes com argamassa resistente, e, quando necessário, de fácil remoção; aplicação de silicone nas laterais das paredes; execução de canaleta com largura média de 35 cm por volta das ruínas para que fossem protegidas de enxurradas; escoramento de paredes com perigo de desabamento, nesse momento constatou-se que algumas paredes só não haviam desabado totalmente devido às obras executadas em 1967; execução de capina e limpeza da vegetação tomando-se o cuidado de que o trabalho com enxadas não danificasse as paredes; nivelamento do terreno. Nesse relatório, João Eduardo Correa Dias de Moraes (Chefe do Laboratório de Restauro), evidencia o caráter emergencial dessas intervenções, mediante a espera de novas definições sobre um projeto mais incisivo: “[...] não são senão providências provisórias e de duração limitada, fazendo-se necessária, por isto mesmo, a periodicidade de visitas para inspeção.” (SÃO PAULO - cidade, 1978, p.4).

Uma nova proposta somente seria apresentada em 1999 pelos técnicos do DPH. Segundo o relatório de apresentação do anteprojeto²⁴, a proposta foi embasada na orientação teórica que aponta para a consolidação dos remanescentes em ruínas e não propriamente da reconstituição da edificação, pois não haveria elementos suficientes que possibilitariam esse partido, afirmando também que as ruínas deveriam ser tratadas de um ponto de vista arqueológico. Para tanto foi abordado o respeito à substância antiga, reportando-se também ao artigo 9º da Carta de Veneza,

²² Foram localizados, ofícios que indicam a consulta ao IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica) para averiguar a capacidade de carga das paredes de taipa de pilão, bem como solicitação ao IPHAN para pronunciar parecer em relação ao partido adotado nesta proposta (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 145/77, 09/78 e 74/78).

²³ Relatório consultado junto ao arquivo da Superintendência do IPHAN/SP: Processo 755-T.

²⁴ Relatório consultado junto ao arquivo da Superintendência do IPHAN/SP: Processo 755-T.

bem como a problemática da autenticidade mencionando também a Carta de Nara (1994) e concluindo, portanto, que a história deve ser resgatada e valorizada sem a invenção de simulacros (SÃO PAULO – cidade, 1999).

As soluções apresentadas nesse momento englobam não só os remanescentes em taipa, mas a praça como um todo na construção de um centro cultural: 1. para as ruínas: construção de cobertura porticada de estrutura metálica com caixilharia envidraçada; execução de limpeza cuidadosa, consolidação e proteção química através da aplicação de produto impermeabilizante nos remanescentes de taipa de pilão; execução de pisos, com utilização de pedras tipo granito de coloração diferenciada, disposta de forma a permitir uma releitura da antiga planta da casa (ambientes – granito amêndoa e projeção das paredes – granito verde Ubatuba); execução de sistema de drenagem de águas pluviais; colocação de sistema de iluminação para a valorização das características do monumento; piso externo ao perímetro da casa revestido em mosaico português. 2. Para a praça: construção de marquise em concreto armado; execução de acesso em rampa para deficientes físicos; remanejamento e construção de quadra poliesportiva; remanejamento da vegetação de porte arbóreo compatível com a proteção do monumento; construção de anfiteatro; nova pavimentação; novo sistema de iluminação; mobiliário urbano; sistema de identificação do monumento. 3. Para a “Casa de Cultura”: construção de edifício em estrutura mista de concreto armado e metálica com três pavimentos com auditório, sala de exposições, sanitários e vestiários, salas de oficina, administração e diretoria (SÃO PAULO - cidade, 1999).

No parecer técnico do arquiteto José Saia Neto do IPHAN, uma série de rebatimentos a essa proposta foram apresentados; dentre outras observações Saia evidencia o incomodo mediante às premissas adotadas alegando que o projeto “[...] reserva aos remanescentes uma função quase que decorativa, abrigado sob um galpão metálico, com seus pisos revestidos por questionáveis placas de granito.” (IPHAN, Proc. 755-T, Of. 05/00). Além disso, menciona que a alternativa aventada seria que os maciços de taipa seriam protegidos por cobertura e próximo seria construído uma réplica da edificação que contaria com um subsolo que abrigaria o programa cultural pretendido. Saia Neto ressalta ainda que havia elementos suficientes para uma eventual reconstituição. Com esses argumentos, a proposta não teve aprovação do IPHAN e não foi executada.

O mais recente projeto para o terreno e ruínas da Sede do Sítio Mirim, desenvolvido em 2007 pelo escritório Apiacás Arquitetos, parte da premissa da preservação das ruínas arquitetônicas e da implantação de um Centro de Cultura e Convivência que conferisse um uso e apropriação de todo o terreno que envolve as ruínas (Figuras 21, 22 e 23). De acordo com Anderson Freitas²⁵, o desenvolvimento do projeto contou com a participação de uma equipe multidisciplinar que envolveu arqueólogos para a identificação da melhor maneira de intervir nas ruínas e garantir condições técnicas adequadas para a conservação desses maciços de taipa, daí a solução da cobertura, pois protegeria as ruínas e, ao mesmo tempo, seriam mantidos certos índices de umidade. O projeto foi desenhado de modo a integrar-se ao desnível do terreno procurando recuperar para o visitante a ideia da implantação original da casa, trata-se de uma marquise que cobre as ruínas e cujo acesso se dá pelo passeio público através de uma praça cujo nível é a cobertura do programa de convivência que conta com auditório, salas multiuso e foyer de exposição. O arquiteto salientou o objetivo de interferir minimamente na ambiência das ruínas, propondo uma solução que praticamente se “mimetiza” com a topografia do terreno; além disso, se pretende valorizar o aspecto documental e simbólico das ruínas de modo a utilizá-las com um papel didático que contasse a história do lugar, das casas bandeiristas e sua relação com a geografia local (o desnível do terreno, a vista da várzea do Tietê, dentre outros aspectos) através de um projeto expográfico que comporia o percurso dos visitantes. Como já foi mencionado, o

²⁵ Entrevista concedida à autora em 26.02.2013.

projeto foi aprovado nos órgãos competentes, com algumas ressalvas, dentre elas a cota da marquise, que deveria ser aumentada para caso se optasse pela recomposição da casa. Porém, a aprovação não foi unânime e, mais uma vez, a questão conceitual de como incorporar as ruínas arquitetônicas na intervenção, desencadeou discussões e acabou acarretando em trâmites judiciais que impediram a efetiva execução do projeto.

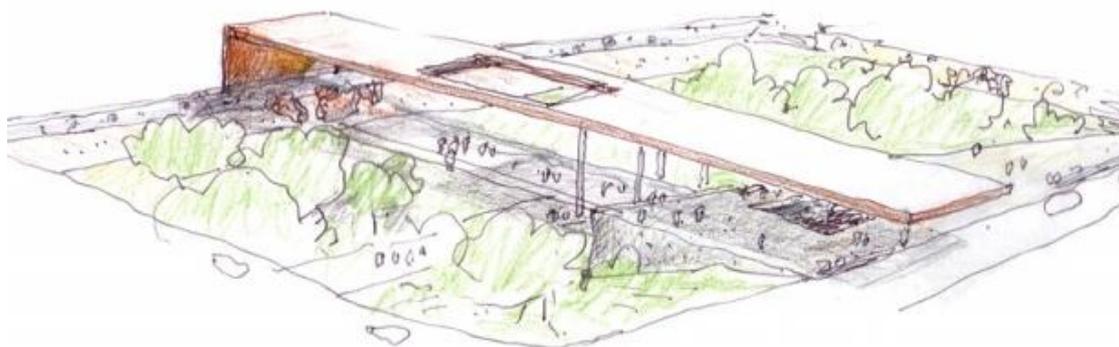


Figura 21: Proposta desenvolvida pelo escritório Apiacás Arquitetos em 2007. Fonte: <<http://www.apiacasarquitetos.com.br>>, acesso em 25 Fev. 2013.



Figura 22: Proposta desenvolvida pelo escritório Apiacás Arquitetos em 2007. Fonte: <<http://www.apiacasarquitetos.com.br>>, acesso em 25 Fev. 2013.



Figura 23: Proposta desenvolvida pelo escritório Apiacás Arquitetos, 2007 - relação com o entorno 2007. Fonte: <<http://www.apiacasarquitetos.com.br>>, acesso em 25 Fev. 2013.

Tendo em vista a cronologia apresentada é interessante destacar duas principais situações distintas. Primeiro, quando o Sítio Mirim chega ao SPHAN e é estudado e tombado, o estado é degenerado, mas não configura ruínas; as obras de 1967 são de recomposição, com a utilização de materiais como tijolos de barro, cintas de concreto, telhas coloniais de demolição de acordo com a postura que orientou diversos outros trabalhos dessa divisão nesse período. Porém, com o estado de ruína efetivamente instalado, o que fazer? Como considerar esses remanescentes?

O projeto apresentado pelo DPH no final da década de 1970 e início de 1980, prevê a recomposição, ou seja, percebe-se que o “valor histórico” enunciado Riegl é evidenciado e as ruínas são consideradas como documento para a fundamentação científica dessa reconstituição espacial. Essa proposta, ainda que fundamentada no argumento de que a recomposição é um tipo de anastilose e que as ruínas serviriam como documentos fidedignos, esbarra na questão da autenticidade e integridade da materialidade do bem. Segundo Ascensión H. Martínez, teóricos da preservação como Giovanni Carbonara e Renato de Fusco apresentam o conceito de autenticidade histórica como a soma das etapas de uma obra englobando o momento original, a estratificação histórica e a historicidade atual; sob essa ótica, a ideia de cópia ou reconstrução são inaceitáveis pois anulariam episódios dramáticos empobrecendo e falseando a verdade histórica do bem (MARTÍNEZ, 2007). Além disso, a anastilose, prescrita por Camillo Boito e outros documentos da preservação (Cartas de Atenas, do Restauro Italiana e de Veneza), como mencionado anteriormente, relaciona-se à distinguibilidade dos materiais conferindo uma integração sempre reconhecível da marca de nosso tempo.

Já, nos projetos de 1999 e 2007, a forma de abordar as ruínas parece estar definida de modo que seu *stato quo* seja considerado; esses remanescentes são compreendidos de acordo com a definição do “valor de antiguidade” de Riegl em que pesa o caráter evocativo e simbólico do bem. Esse conceito está mais alinhado às asserções de Cesare Brandi para quem a conservação de remanescentes em estado de ruína enuncia - se como um problema a ser pensado simultaneamente sob o ângulo da história e da conservação: “A legitimidade da conservação da ruína está, pois, no juízo histórico que dela se faz, como testemunho mutilado, porém ainda reconhecível, de uma obra e de um evento humano.” (BRANDI, 2004, p. 67-68).

Na abordagem em que se baseia a teoria brandiana e o restauro crítico a restauração é definida como um campo disciplinar que fundamenta qualquer ação sobre os bens de reconhecido interesse cultural: manutenção, conservação e, inclusive a “restauração preventiva” (BRANDI, 2004, p. 101) que é ainda mais imperativa, pois objetiva impedir as intervenções de extrema urgência. Além disso, Giovanni Carbonara compara a manutenção com a medicina preventiva (KÜHL, 2004) e Roberto Pane, na conferência de introdução ao encontro que originaria a Carta de Veneza (1964), considera a manutenção como o meio constante para evitar intervenções mais contundentes²⁶: Ao analisar o Sítio Mirim, bem tombado nas três esferas (federal, estadual e municipal) evidencia-se a falta de uma manutenção conservativa, já que além da restauração de 1967 e das obras de 1978 quase nada foi feito para a mínima conservação do bem que vem passando por um contínuo processo de degeneração ao longo das décadas.

Há ainda outro aspecto crucial que é o uso, pois delinea a relação que os usuários estabelecem com esses remanescentes arquitetônicos. Há praticamente um consenso dentre os teóricos da preservação de que um bem deva ser utilizado para ser preservado. Nas asserções de KÜHL

²⁶ “Manutenção ou reparos: ações cotidianas e periódicas que visam a sanar e reparar problemas que aparecem na edificação assim que surgem, como reparo de um condutor vertical, de fiação inadequada, substituição de telhas e de vidros quebrados, de balaústres danificados etc., em que se opera, em geral por analogia, com formas e materiais iguais ou semelhantes aos originais; casos, pois, em que os problemas não se consolidam como uma cisão, no tempo, na obra como imagem figurada (caso houvesse uma cisão, esses mesmos problemas deveriam ser tratados como casos de restauração);” (KÜHL, 2009, p.74).

(2010) ao comentar a Carta de Veneza (1964) destaca que no preâmbulo desse documento há uma caracterização em relação aos monumentos como portadores de “mensagem espiritual do passado” fazendo alusão à questão simbólica e memorial; há ainda outra designação importante que se refere aos monumentos como “testemunho vivos”. Verifica-se que aqui há, portanto, uma diferenciação conceitual decisiva em relação à distinção entre “monumentos mortos” ou “vivos” sugerida por Gustavo Giovannoni embasada na questão utilitária. Durante as discussões do Congresso que estabeleceu a Carta de Veneza, Roberto Pane se manifesta contra essas denominações alegando que: “[...] só se pode falar de monumentos vivos enquanto utilizáveis, mas sabemos bem que muitas ruínas são mais vivas e utilizadas que muitos monumentos íntegros.” (PANE *apud* MORI, 2006, p.121). E “[...] um monumento, mesmo que não tenha uso para funções cotidianas (caso de algumas ruínas arqueológicas), faz parte da vida das comunidades e da composição de um ambiente urbano, como local de visitação, por exemplo. (KÜHL, 2010, p.305).

Desse modo, pode-se discutir em que medida a população local interpreta e se apropria efetivamente das ruínas da Sede do Sítio Mirim? No âmbito da semantização dos espaços, os processos de depredação e vandalismo podem ser entendidos pela falta de identificação simbólica e cognitiva que alguns usuários desenvolveram com o bem; por outro lado, ações, discussões e petições comunitárias almejando alguma atividade naquela área e da efetiva reinserção da Sede do Sítio Mirim no cotidiano local é um indicativo de que essas ruínas possuem algum tipo de valor intrínseco para aqueles que convivem com elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O caso do Sítio Mirim encerra a problemática que recai no estudo de bens em ruínas, pois parte de um ponto nodal, entender: o que são ruínas arquitetônicas? E como intervir nesses conjuntos? A compreensão da definição das ruínas envolve alguns limiares fundamentais como: qual a diferença entre bens arquitetônicos danificados e bens arquitetônicos em ruínas? No que tange às intervenções: como aceitar as marcas da passagem do tempo? Como incorporar as ruínas: devem ser consideradas como um suporte documental que embase restaurações, ou seu *stato quo* pode ser incorporado? Que tipo de “uso” pode ter as ruínas arquitetônicas? A apropriação de seu “valor de antiguidade” e seu “valor simbólico” não seria suficiente para estabelecer uma identidade?

De um modo geral, a importância de ruínas está embasada em dois aspectos: o documental e o simbólico. Em relação ao aspecto documental, é inegável o valor do Sítio Mirim, que num primeiro momento subsidiou importantes estudos sobre as casas rurais paulistas, e, posteriormente, quando no efetivo estado de arruinamento, também foi de grande valor para pesquisas arquitetônicas e prospecções arqueológicas.

Em relação ao aspecto simbólico, ruínas têm um grande alcance evocativo, mas resta saber as ruínas da Sede do Sítio Mirim evocam o quê? Um passado distante consumido pelas marcas do tempo ou um recente histórico de abandono? O que nos parece ficar mais patente e irremediavelmente evocado ao nos depararmos com esses maciços de taipa é a questão da negligência, da incúria, pois após décadas de propostas e discussões apresentadas, a situação continua em suspensão: quais serão as efetivas providências em relação às ruínas da Sede do Sítio Mirim?

Assim, a partir da análise desse caso, pretendeu-se apresentar algumas considerações com o objetivo de contribuir para ampliar discussões que envolvam esse tipo de bem - ruínas arquitetônicas - procurando estabelecer e compreender o que são, e em função desse entendimento estabelecer as melhores formas de intervir, de modo que todo seu potencial valor documental, histórico e simbólico possa ser contemplado.

REFERÊNCIAS:

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Mário C. Ruínas urbanas. **Esboços**, Florianópolis, v. 4, n.4, p. 39-45, jun/dez 1996.

COMAS, Carlos Eduardo (org.). **Lucio Costa e as missões: um museu em São Miguel**. Porto Alegre: PROPAP / UFRGS, IPHAN/12ª SR, 2007.

CONDEPHAAT. **Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968 – 1998**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

GIOVANNONI, Gustavo. Restauro dei Monumenti. In: **Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti**. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana (Treccani), 1936. p. 127-130.

GONÇALVES, Cristiane S. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937 - 1975**. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2007.

IPHAN – Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Sede do Sítio Mirim. **Processo 755-T: Pastas: PT 00423 P1 / PT 00424 P2 / PT 00425 P3 / PT 00426 P4**.

KATINSKY, Julio R. **Casas Bandeiristas: Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

KÜHL, Beatriz M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.18, n.2, p.287 - 320, jul.-dez/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142010000200008&script=sci_arttext> Acesso em: 30 maio 2012.

_____. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. **Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 101-117, 2004.

_____. Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique. Architecture. **Rotunda** (eletrônica), Campinas, n.2, p.100-117, ago./2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/rotunda>> Acesso em: 30 maio 2010.

_____. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. **Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 101-117, 2004.

_____. As transformações na maneira de intervir na arquitetura do passado entre os séculos XV e XVIII: o período de formação da restauração. **Sinopses**, São Paulo, n. 36, p. 24-36, 2001.

LIMA, Nelio. São Paulo está perdendo um de seus derradeiros exemplares da arquitetura residencial paulista correspondente ao chamado período bandeirista: o Sítio Mirim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 abril 1973, p.14.

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela-preta e concreto: estudo sobre o restauro de casas bandeiristas**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARTÍNEZ, Ascensión H. **La clonación arquitectónica**. Madrid: Ediciones Siruela, 2007.

MENDONÇA, Adalton da M. Revisitando as ruínas urbanas. In: **XII Encontro da Associação Nacional de pós graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional**. UFPA, Belém, 2007. Disponível em: <<http://www3.ufpa.br/xiienanpur/CD/ARQUIVOS/GT6-695-391-20061226171154.pdf>>. Acesso em: 30 de Jun. 2011.

MORI, Victor Hugo. Arqueologia e restauração - anotações para debate, **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN/9ª SR, p.118-138, 2006.

PINHEIRO, Maria Lúcia B. **O neocolonial e suas relações com o modernismo e com a preservação do patrimônio no Brasil**. Relatório final de pesquisa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RIEGL, Alois. **Il culto moderno dei monumento – Il suo carattere e i suoi inizi**. Bologna: Nuova Alfa Editoriale, 1990.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do Patrimônio – Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

SAIA, Luiz. Notas sobre arquitetura rural paulista do segundo século. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 8, p.268, 1944.

_____. Sede do Sítio Mirim. **Revista Acrópole**. São Paulo, n.358, ano 30, jan./fev., p. 31-35, 1969.

SÃO PAULO (cidade). **Relatório de apresentação de projeto para o Sítio Mirim**. Autoria: SAIA, Helena. São Paulo: SMC/DPH, 1976.

_____. **Relatório das obras de emergência realizadas nas ruínas do Sítio Mirim**. Autoria: MORAES, João Eduardo Correa Dias. São Paulo: SMC/DPH, 1978.

_____. **Relatório Sítio Mirim**. Autoria: MENEZES, Vera Santos Mauro de. São Paulo: SMC/DPH, 1983.

_____. **Anteprojeto arquiteto de requalificação das ruínas da antiga Sede do Sítio Mirim**. Autoria: DIÉGOLI, Leila R., MAGALDI, Cássia Regina C., SERAPHIM, José Henrique C. São Paulo: SMC/DPH, 1999.

SANTOS, Cecília R. e ZEIN, Ruth V. Rápidas considerações sobre a preservação das ruínas na modernidade. **Arquitextos** (eletrônica), Ano 12, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/3997>>. Acesso em: 08 Set. 2011.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.